Viva a escola republicana



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Há 137 anos, um general gritou: "Viva a República!". Mandou o imperador para um pequeno hotel em Paris, onde o monarca viveu exilado até sua morte. Desde então, o Brasil acabou com os títulos nobiliárquicos, mas em vez de abolir, ampliou os privilégios. Os atuais dirigentes do Estado republicano não se satisfariam com a austeridade do Hotel Bedford.

A economia explica a opulência da elite brasileira atual, mas a moral não justifica o aumento da desigualdade. O padrão de vida da aristocracia imperial estava mais próximo das condições de vida dos pobres de seu tempo do que estão hoje os supersalários e superprivilégios da elite em relação à realidade de nosso povo. Do ponto de vista social, a elite atual está mais distante do povo do que a nobreza imperial estava de seus contemporâneos pobres.

O médico do imperador dispunha de poucos conhecimentos e equipamentos, e remédios similares ao restante da população. Se tivesse acesso aos serviços médicos da elite republicana de hoje, D. Pedro II não teria falecido aos 66 anos, mas essa é a esperança de vida da população mais pobre em 2026. Apesar dos benefícios do SUS para todos, a desigualdade na esperança de vida e na qualidade do atendimento médico aumentou de forma avassaladora conforme a classe social. Em 2026, o SUS ainda não é plenamente republicano, salvo na oferta de vacinas, porque os vírus não respeitam classes sociais.

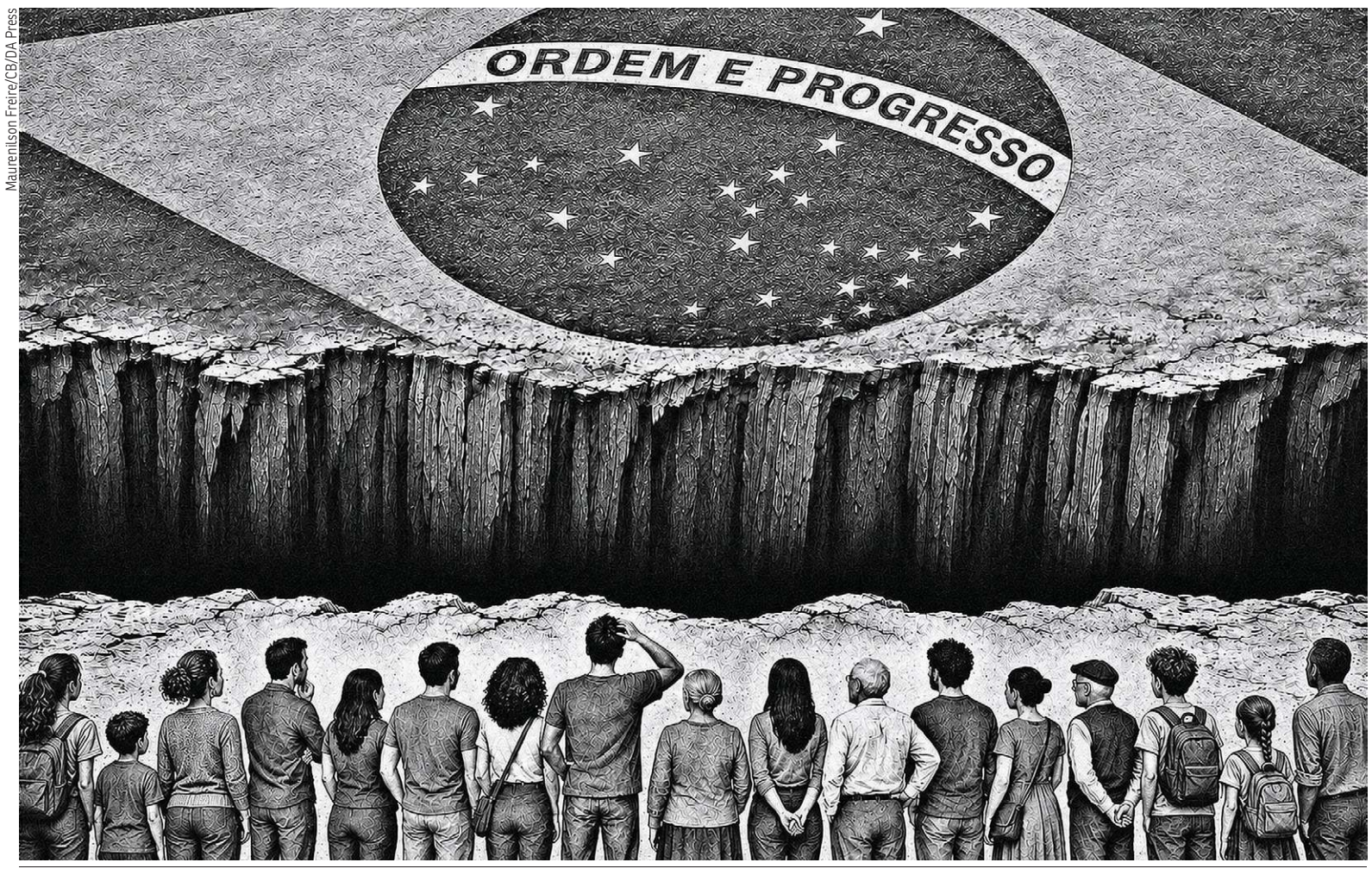
A República nunca foi para todos. Definiu uma bandeira com um texto escrito, embora 90% da população de então fosse analfabeta. A proporção de analfabetos diminuiu, mas ainda temos cerca de 8 milhões de pessoas incapazes de reconhecer a própria bandeira. Nas últimas décadas, a educação melhorou para todos, mas a desigualdade educacional aumentou entre as classes sociais, porque a República trata muito mais favoravelmente as escolas dos filhos de sua elite do que o Império tratava as escolas dos filhos da nobreza. Para o resto da população, prefere oferecer cotas e bolsas a implantar uma escola republicana, que assegure escola com a mesma qualidade para todos.

Ainda não criou uma escola republicana, com qualidade máxima e equidade absoluta. Dos 2,5 milhões de brasileiros que nasceram em 2025, apenas 300 mil chegarão aos 18 anos com uma educação que ofereça os conhecimentos necessários ao mundo contemporâneo: tanto os indispensáveis à busca pessoal da felicidade quanto as ferramentas para ajudar a construir um país mais eficiente, justo, democrático e sustentável. Felizmente, entre os que ingressarão no ensino superior haverá bolsistas e cotistas incluídos entre os privilegiados, mas sem que isso elimine o privilégio. É como se, em vez de desmontar a estrutura da casa grande e senzala, a República oferecesse condições para que alguns escravizados se mudassem para a casa grande, por meio de alforrias individualizadas, deixando intacto o sistema de escolas da nobreza e escolas do povo.

Nossa República ainda não é republicana porque sua elite mantém privilégios maiores do que os da nobreza imperial, e isso decorre da reserva de escolas com qualidade superior para seus filhos, enquanto os filhos do povo frequentam escolas de qualidade inferior. Ao longo de quase um século e meio, a República se automutila por não perceber que a raiz dos seus absurdos privilégios está na forma como a educação é oferecida: separando, desde o nascimento, os filhos do Brasil conforme sua classe social. Os privilégios sobrevivem e se ampliam porque a República não construiu uma escola republicana: a mesma para todo cidadão e cidadã que nasce no país, independentemente da renda e do endereço.

A República ainda não é republicana por falta de uma escola republicana: um sistema público nacional único, federal, que inclua todas as escolas a serviço de todas as crianças brasileiras, independentemente da renda de suas famílias e da receita do município onde vivem. A recusa em discutir a necessidade desse sistema pode levar o Brasil a continuar, a cada 15 de novembro, comemorando sua República incompleta, ainda não republicana, e cada 19 de novembro, a bandeira que muitos adultos não conseguem reconhecer plenamente.

Fomos o último país das Américas a abolir a escravidão. Caminhamos para ser também um dos últimos a construir uma República verdadeiramente republicana, por não completarmos aquele grito do general em 1889 com um outro que nenhum dos presidentes seus sucessores gritou: "Viva a Escola Republicana!", com a mesma qualidade para todos.



Maurenilson Freire/CB/DA Press

O fracasso da COP31 expõe o impasse sobre quem financia a transição climática



» FERNANDA FEIL
Diretora de finanças sustentáveis do Centro de Finanças Sustentáveis (CeFiS) e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF

» CARMEM FEIJÓ
Diretora acadêmica do CeFiS, professora titular na Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (Finde/UFF)

Duas semanas de negociações e os dois dias de prorrogação não foram suficientes para que os países participantes da COP31 chegassem a um acordo. As questões centrais dos debates seguem sem definição: quem deve financiar a ação climática e em que condições os recursos chegarão aos países em desenvolvimento? O pacto proposto pela presidência da conferência, encerrada em 22 de novembro, em Antália, na Turquia, encontrou resistência da União Europeia, do Reino Unido, do Panamá e das Ilhas Marshall, entre outros.

O futuro dos combustíveis fósseis esteve no centro desse impasse, afinal mais de 130 países defendiam um roteiro para abandonar gradualmente o petróleo, o gás e o carvão, mas a proposta final omitia qualquer referência aos três. Essa lacuna é especialmente grave porque o próprio documento reconhecia que o aquecimento ultrapassará 1,5°C, patamar estabelecido pelo Acordo de Paris. A ONU já considera essa ultrapassagem inevitável e iminente.

A proposta admitia um cenário de overshooting, em que a temperatura ficaria acima de 1,5°C por algumas décadas antes de cair abaixo desse nível. Para que a ultrapassagem seja temporária, é necessário que os governos implementem políticas climáticas que reduzam rápida e profundamente as emissões de gases de efeito estufa.

Em Glasgow, em 2021, os países ricos assumiram o compromisso de dobrar os recursos para adaptação climática até 2025, o que levaria o volume anual a cerca de US$ 40 bilhões. Com base nesse valor, os países mais pobres defenderam, em Belém, durante a COP30, que os repasses chegassem a US$ 120 bilhões por ano até 2030. A decisão aprovada foi menos ambiciosa, prevendo "esforços" para triplicar o financiamento até 2035 e deixou em aberto o ano de referência para o cálculo. Com isso, os US$ 120 bilhões anuais permaneceram como uma estimativa de analistas.

A adaptação é só uma fatia de uma disputa maior, aberta em Baku, em 2024. Ali, os países ricos aceitaram mobilizar ao menos US$ 300 bilhões por ano até 2035 para o mundo em desenvolvimento, incluindo recursos privados. E todos se comprometeram a buscar US$ 1,3 trilhão por ano, valor mais próximo do que esses países realmente precisam. Nenhum dos dois montantes, porém, obriga ou define quem vai pagar a conta. O Sul quer recursos públicos, novos e a fundo perdido. O Norte aposta no capital privado, que costuma chegar na forma de dívida quando faltam bancos públicos dispostos a assumir riscos e oferecer prazos longos.

A União Europeia teve razão ao rejeitar uma proposta que não fazia menção aos combustíveis fósseis. Já nas negociações sobre financiamento, resistiu à ampliação dos recursos para concretizar a ambição climática que defendia, o que demonstra uma contradição. A divergência entre a UE e os países em desenvolvimento sobre a agenda financeira atrasou em mais de uma hora o início da conferência. Ao discutir o artigo 9.1 do Acordo de Paris, que atribui aos países desenvolvidos a obrigação de prover recursos, a União Europeia e o Reino Unido defenderam uma abordagem "não prescritiva, não punitiva", enquanto o Sul reivindicava metas e prestação de contas.

O mercado privilegia o retorno rápido e a liberdade de sair a qualquer momento. Os projetos levam décadas para amadurecer, e ninguém sabe como estarão os preços, as regras e as tecnologias até lá. Somam-se a isso o risco de ativos encalhados e o aprisionamento das economias em trajetórias fósseis. Na adaptação, o problema é ainda maior, já que boa parte dos investimentos não gera receita alguma.

Apesar do impasse em Antália, o Acordo de Paris e os compromissos assumidos em Dubai, Baku e Belém estão mantidos. A COP31 deixou ainda um programa de trabalho sobre financiamento e abriu espaço para propostas voluntárias, entre elas a de ampliar para 35% a participação da eletricidade no consumo final de energia até 2035. Até a COP32, em Adis Abeba, na Etiópia, será preciso definir de que patamar partirá o aumento dos recursos para adaptação e qual será a trajetória até a meta. Também será necessário estabelecer quem aportará recursos nos termos do artigo 9.1 e converter o Roteiro de Baku a Belém em compromissos cujo cumprimento possa ser verificado.

Acreditamos que a tarefa mais difícil será reorganizar o sistema financeiro para que sustente a transição, com os bancos públicos em posição central. Para que a transição ocorra de fato, os governos têm de assumir a responsabilidade de financiá-la. Até a próxima COP, uma pergunta precisa orientar as negociações: quanto estamos dispostos a investir para concretizar a transição que defendemos?

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Siglas demais, serviços prestados de menos

Nesta semana, a federação formalizada entre PSB e PDT parece, à primeira vista, mais um arranjo da engenharia partidária brasileira. Anunciada na quarta-feira (18/11), com pedido a ser protocolado no TSE, ela prevê um rodízio no comando: João Campos presidirá a federação nos anos pares e Carlos Lupi, nos ímpares. O PDT não atingiu a cláusula de desempenho nas urnas e buscava abrigo que lhe assegurasse acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda. Seus dirigentes invocam laços históricos na resistência à ditadura, e a origem comum das duas legendas é real; mas a história não explica o calendário de revezamento. O que explica é a aritmética da sobrevivência e a ambição de quem a comanda.

O provisório como definitivo

A lei exige que uma federação dure ao menos quatro anos, o que a distingue das velhas coligações de ocasião. Ainda assim, o episódio escancara um traço persistente da política nacional: as siglas se unem, separam-se e se reinventam conforme a conveniência de suas cúpulas, e o eleitor, que votou em um rótulo, descobre depois que o rótulo mudou. Num país em que tanta coisa parece provisória, a fidelidade programática é a que mais facilmente se dissolve.

Volume sem consistência

No Brasil, são hoje 30 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Seria de se esperar que tamanha oferta traduzisse uma paisagem rica de ideias, mas a realidade é outra: a grande maioria das legendas não tem identidade doutrinária reconhecível, não forma quadros, não debate programas e só reaparece de dois em dois anos, à porta das urnas. Pergunte ao cidadão comum o que distingue uma sigla da outra e o silêncio será eloquente. Quantidade não é pluralidade. Pluralidade pressupõe que cada partido represente, de fato, uma parcela identificável da sociedade e responda a ela. O que temos, em muitos casos, é fragmentação sem representação, que obriga qualquer governo a negociar com dezenas de lideranças e encarece, em cargos, emendas e concessões, a governabilidade.

Dinheiro farto, contrapartida frouxa

Em agosto de 2024, em sessão esvaziada e sem holofotes, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 133, a chamada PEC da Anistia. O texto livrou os partidos de multas por descumprimento da aplicação mínima de recursos em candidaturas de pessoas pretas e pardas, criou um Refis partidário com perdão de juros e multas e parcelamento em até 180 meses, permitindo que parte das dívidas, estimadas em mais de R$ 220 milhões, fosse paga com recursos do próprio Fundo Partidário, e dispensou a apresentação de recibos de doações recebidas por Pix. A anistia alcança processos de prestação de contas independentemente de terem sido julgados. O Supremo Tribunal Federal considerou a emenda constitucional, e há, de fato, uma contrapartida: nas eleições seguintes, os partidos terão de aplicar os valores que deixaram de investir nessas candidaturas. Mas o princípio permanece: quem descumpriu a regra recebeu o perdão antes do julgamento.

Reforma séria já!

Primeiro, a vedação de novas anistias e refinanciamentos a partidos, com a previsão de que multas e devoluções de recursos públicos sejam cobradas e não negociadas. Segundo, o julgamento célere das prestações de contas, para que a sanção chegue enquanto ainda faz sentido. Terceiro, a transparência integral e em tempo real da distribuição interna dos fundos, com critérios públicos e auditáveis, de modo que o cidadão saiba quanto de seu dinheiro foi para cada candidatura e por quê. Quarto, a exigência de democracia interna, com convenções reais, renovação de comandos e limites à perpetuação de dirigentes. Por fim, o reexame do próprio financiamento público: se o contribuinte é quem paga, é razoável que o repasse esteja atrelado a desempenho eleitoral e a programa, e não à mera existência de um registro no TSE.

Inconveniente pelo país

Nada disso depende de ideologia. Depende de que os parlamentares, beneficiários diretos do sistema atual, aceitem legislar contra a própria conveniência. É por isso que a pressão da opinião pública e da imprensa importa tanto: sem ela, a história dos últimos anos sugere que o Congresso continuará a aprovar, com sessões discretas e votações suprapartidárias, aquilo que lhe convém.

Clube do Bolinha

A democracia não se mede pelo tamanho do cardápio partidário, mas pela capacidade de representar e de prestar contas. Enquanto as legendas forem tratadas como clubes de arrecadação, sustentados por fundos bilionários e protegidos por perdões periódicos, a federação desta semana será apenas mais um capítulo de uma história que o eleitor já conhece, e que a nação, cansada, gostaria de ver terminar.

A frase que foi pronunciada:
O "espírito partidário" distrai os conselhos públicos e enfraquece a administração.
George Washington (1796)

História de Brasília

Amanhã, antes das vinte horas, estaremos na TV-Brasília comentando os últimos acontecimentos. Até lá. **(Publicada em 27.05.1962)**